

1 **ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**
2 **MS/CEC e 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE**
3 **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS, REALIZADA NO DIA 26**
4 **DE OUTUBRO DE 2017, NO PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.**

5 Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2017, reuniram-se no Auditório da MS Gás,
6 em Campo Grande/MS, os membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato
7 Grosso do Sul - **CEC/MS: Maria do Carmo Avesani Lopez (CEC e CONGFEHIS)** –
8 Secretária Executiva do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Inês Pereira**
9 **Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Edson Guardiano de**
10 **Oliveira** – Secretaria de Estado de Justiça de Segurança Pública/SEJUSP-MS; **Antonio**
11 **Claudio Lanza de Almeida** – Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do
12 Sul/SANESUL; **Mara Caseiro** – Assembleia Legislativa; **Elza Alves de Matos** -
13 Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS;
14 **Valdo Pereira de Souza (CEC e CONGFEHIS)** - Federação das Associações de
15 Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edson Ageo Maidana Nunes**
16 **(CEC e CONGFEHIS)** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato
17 Grosso do Sul/FAMEMS; **Orly Colombo Lopes** - Federação das Associações de
18 Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra**
19 **(CEC e CONGFEHIS)** - Sociedade de Apoio a Moradia/Movimento Nacional de Luta
20 pela Moradia/SAM/MNLM; **Elizeu Pacheco** – Federação dos Trabalhadores nas
21 Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de MS/FETRICOM-MS; **Kelly**
22 **Cristina Hokama (CEC e CONGFEHIS)** – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de
23 Mato Grosso do Sul; **Claudio Hideaki Kitaguti** – Sindicato Empresas de Compra,
24 Venda, Locação e Adm. De Imóveis e dos Edifícios em Cond. Resid. E Com. Do Estado
25 de MS/SECOVI-MS; **Dirceu de Oliveira Peters** – Instituto de Arquitetos do Brasil
26 Departamento de MS/IAB-MS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil
27 Secão Mato Grosso do Sul/OAM-MS; **Ana Claudia Delgado Bastos Braga** –
28 Associação Parque Zoobotânico de MS/APAZOO; e os membros do Conselho do
29 Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social de Mato Grosso do Sul –
30 **CONGFEHIS/MS: Gisela Luzia Fernandes** – Secretaria de Estado de
31 Infraestrutura/SEINFRA-MS; **Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores
32 do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Oswaldo Setsuyki Maruyama** - Sindicato
33 Intermunicipal da Indústria da Construção do MS/SINDUSCON; **Tânia Maria de Souza**
34 **Marques e César Magalhães** da Secretaria Executiva do CEC. A **104ª Reunião**
35 **Ordinária do Conselho Estadual das Cidades/CEC e 46ª Reunião Ordinária do Conselho**
36 **Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social/CONGFEHIS-MS** teve como pauta:
37 **Abertura; Informes; Aprovação das Atas da 102ª do CEC e 45ª do CONGFEHIS;**
38 **Posse de Conselheiros; Balanço da realização da 6ª Conferência Estadual das**
39 **Cidades; Arrecadação do FEHIS e Morar Legal até o mês de setembro/2017;**
40 **Aprovação de investimentos para infraestrutura com recursos do FEHIS; Definição**
41 **de pauta para próxima Reunião.** A Secretária Executiva **Maria do Carmo Avesani**
42 **Lopez** fez a abertura da reunião cumprimentando a todos e passou para os **Informes:**
43 Indagou se os Conselheiro teriam algum informe. Não havendo manifestação a
44 **Senhora Maria do Carmo** informa que houve uma reunião do Conselho Municipal de
45 Desenvolvimento e Urbanização - CMDU e foi aprovada a minuta do novo Plano Diretor
46 de Campo Grande. Comunicou que o Plano Diretor foi muito elogiado, muito discutido,
47 sendo realizadas mais de 90 reuniões, e que o perímetro urbano de Campo Grande não

48 sofrerá alteração, ficando congelado. Informou ainda que o Plano Diretor tem um
49 enfoque ambiental, e será encaminhado para a Câmara de Vereadores para a sua
50 aprovação e transformação em Lei. Em seguida a Senhora **Maria do Carmo** demonstra
51 quais os municípios que haviam elaborado os Planos Diretores, porém, ainda pendentes
52 de aprovação de lei. Sendo eles: Brasilândia; Eldorado; Iguatemi; Itaquiraí; Mundo Novo;
53 Ribas do Rio Pardo; Alcínópolis; Água Clara; Antônio João; Corguinho; Coronel
54 Sapucaia; Douradina; Dois Irmãos do Buriti; Figueirão; Guia Lopes da Laguna;
55 Inocência; Jaraguari; Jateí; Juti; Paranhos; Porto Murtinho; Santa Rita do Pardo; Selvíria;
56 Sete Quedas. O município de Caracol não possui Plano Direto. Propõe convidar os
57 representantes dos municípios para que venham expor os motivos de não terem
58 transformado o Plano Diretor em Lei, mediante um prévio calendário. Em seguida O
59 **Conselheiro Valdo Pereira** cumprimenta a todos os presentes e solicita permissão para
60 que a **Entidade CRF** faça a entrega de Moções de Agradecimento, em virtude da
61 realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades, convidando a Conselheira Elza de
62 Matos para a leitura das Moções. A **Conselheira Elza de Matos** cumprimenta a todos e
63 fala da honra dos Movimentos Sociais e Populares estarem realizando entrega das
64 Moções, e faz a leitura do texto: “A Comunidade Organizada em Defesa de Moradia nas
65 Ocupações Irregulares, Famílias sem Moradia no MS, através de seu Presidente Senhor
66 Valdo Pereira de Souza, têm a honra de conferir esta Moção de Reconhecimento a
67 **Senhora Maria do Carmo Avesani Lopez, Senhora Tânia Maria de Souza Marques e**
68 **Senhor César Magalhães**, por serem profissionais exemplares, moldados nas
69 necessidades de mudanças constantes em que a sociedade Sul-mato-grossense
70 necessita, atuando dentro de uma filosofia dos Segmentos Sociais e Populares, onde
71 suas ações têm sido marcadas por um alto grau de profissionalismo e dedicação ao
72 Conselho Estadual das Cidades de MS – CEC/MS, merecendo de todos nós esta Moção
73 singela, mas que reconhece suas competências”. Prosseguindo a **Senhora Tânia**
74 **Marques** esclarece sobre a indagação de alguns Conselheiros sobre o recurso do
75 FEHIS para suprir as despesas de viagem e alimentação dos Conselheiros do interior e
76 para a aquisição de lanche/coffee break, pois muitos Conselheiros se deslocam
77 diretamente do local de trabalho, ou vem das cidades do interior, sem se alimentar.
78 Solicitaram esclarecimento, pois é regimentar custear as despesas de deslocamento e
79 alimentação de Conselheiros para participarem das referidas reuniões. A **Senhora Tânia**
80 respondeu que embora a redação da Lei tenha sido aprovada pelos Conselheiros do
81 CONGFEHIS, a Lei passou pelo crivo da Consultoria Legislativa adequando a redação
82 quanto ao custeio dessas despesas, tendo sido aprovada e publicada em julho de 2017,
83 (Lei 5.017 de 06/07/17). Com a publicação, fica validada a aplicação do recurso para as
84 finalidades solicitadas, porém há um trâmite de processo dentro da AGEHAB que
85 necessita de parecer jurídico. Esse Setor Jurídico tem entendimento de que a
86 autorização anterior, ou seja, quando da aprovação da redação por parte do Conselho,
87 não nos habilita a utilizar o recurso para a aquisição de lanche/coffee-break, bem como,
88 o custeio de viagem dos Conselheiros, e que há necessidade de prévia autorização em
89 reunião e constando em Ata. Que a Secretaria Executiva, juntamente com a Diretora da
90 AGEHAB-MS (Secretária Executiva do CEC) estarão se reunindo com o referido Setor
91 Jurídico e Departamento Financeiro para definição dos procedimentos que deverão ser
92 seguidos para atender as normas do governo para a aplicação desse recurso. E que
93 naquele momento, solicitava NOVAMENTE a aprovação dos Senhores Conselheiros,
94 para a utilização dos recursos do FEHIS, para atender as necessidades das reuniões do
95 CEC e CONGFEHIS. Os Conselheiros manifestaram-se, **VALIDANDO** a decisão

96 anterior, de que fica autorizado custear toda e qualquer despesa do CEC e
97 CONGFEHIS, no que se refere a alimentação, lanches/coffee-break, para todas as
98 reuniões, deslocamento de Conselheiros que residem no interior do Estado, e ainda,
99 despesas com Seminários e eventos relacionados aos dois Conselhos (CEC e
100 CONGFEHIS), todos os materiais necessários para o bom andamento das atividades do
101 CEC e CONGFEHIS. Manifestaram ainda que, se houver necessidade, que seja
102 agendada reunião do CEC e CONGFEHIS com os Setores que executam os pareceres
103 para a utilização do recurso do FEHIS para organização, realização das reuniões e
104 eventos promovidos pelo CEC e CONGFEHIS, para que se esclareça todas as dúvidas
105 e possamos utilizar o referido recurso. Diante do acima exposto, todos os Conselheiros
106 aprovaram que FICA AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO FEHIS PARA
107 ATENDER AS NECESSIDADES DO CEC E CONGFEHIS, conforme prevê o Art. 5º,
108 inciso IX da referida Lei. Prosseguindo, a Secretária Executiva **Maria do Carmo**
109 **Avesani Lopez** coloca em votação a **Aprovação das Atas da 102ª do CEC e 45ª do**
110 **CONGFEHIS**: As referidas Atas foram encaminhadas via e-mail para todos os
111 Conselheiros: Os Conselheiros do CEC e CONGFEHIS aprovaram as referidas Atas. Em
112 seguida a **Senhora Maria do Carmo** dá posse aos novos Conselheiros: Inicialmente
113 para a **Senhora Deputada Mara Caseiro** representante titular da Assembleia
114 Legislativa; ao Senhor Edson Ageo Maidana Nunes e o Senhor Orly Colombo Lopes
115 representantes dos Movimentos Sociais e Populares (titular e suplente). Em seguida
116 passa a palavra para a **Senhora Tânia Marques** que fez o **Balanço da 6ª Conferência**
117 **Estadual das Cidades de MS**. A **Senhora Tânia Marques** apresentou o relatório da **6ª**
118 **Conferência Estadual das Cidades de MS** que será encaminhado ao Ministério das
119 Cidades. **Demonstrou**: Balanço das Conferências Municipais que tiveram **369**
120 Propostas, assim distribuídas: **214** municipais, **92** Estadual e **63** federal. Participaram da
121 etapa municipal **6.155 pessoas** dos segmentos da política de desenvolvimento urbano,
122 dentre eles foram eleitos **487 representantes (titulares e suplentes)**, para participarem
123 como delegados na 6ª Conferência Estadual das Cidades; Cronograma de realização
124 das Conferências Municipais; Balanço das reuniões da Comissão Preparatória Estadual;
125 Balanço dos Participantes da 6ª Conferência Estadual. Observou que tivemos a
126 presença de 710 pessoas sendo: 140 autoridades dos diversos órgãos, entidades e
127 prefeitos municipais; 186 Delegados municipais; 20 Delegados Indicados; 28 Delegados
128 Natos (Conselho Estadual das Cidades); 20 Observadores; 281 Convidados de diversos
129 segmentos; 03 Conselheiros CONGFEHIS; 28 Ouvintes. Quantitativo de delegados
130 presentes por segmento: 20 Poder Público Estadual; 95 Poder Público Municipal; 04
131 Poder Público Federal; 74 Movimentos Sociais e Populares; 18 Entidades de
132 Trabalhadores; 09 Entidades Empresariais; 16 Entidades Profissionais; Acadêmicas e de
133 Pesquisa; 08 Ong's. Demonstrou ainda as Propostas, as quais os Conselheiros
134 solicitaram que fossem enviadas por e-mail. Relação dos delegados eleitos para 6ª
135 Conferência Nacional, sendo: Poder Público Estadual (SANESUL; AGEHAB; Corpo de
136 Bombeiros; Defensoria Pública; DETRAN e AGEHAB); Poder Público Municipal (Bela
137 Vista, Jardim, Selviria, Cassilândia, Miranda, Bodoquena; Batayporã, Bataguassu,
138 Itaquirai, Amambaí; Dourados, Laguna Carapã, Camapuã, Pedro Gomes; Campo
139 Grande, Jaraguari; Antônio João, Naviraí; Movimentos Sociais e Populares (06 titulares
140 e 06 suplentes para FAMEMS e 06 titulares e 06 suplentes para a SAN/MNLM); na
141 Entidade de Trabalhadores há algumas pendências que serão resolvidas em reunião
142 agendada para a próxima semana com as entidades envolvidas. Houve a exclusão do
143 SINTRADIB (Sindicato do Trabalhadores de Dois Irmãos do Buriti), pois, o Presidente do

144 referido Sindicato informou que o delegado eleito na Conferência Estadual, não faz parte
145 do Sindicato; Entidades Empresariais (SECOVI; Águas Guariroba; ACISGA;
146 SINDUSCON; ACIAC); Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisas (UFMS;
147 UEMS; IAB; IFMS) esclarecendo também que a UNIGRAN foi eleita, porém, o
148 representante se credenciou como observador, não podendo se eleger para delegado;
149 Organizações não Governamentais (ALECRIM e GEBIO). A **Senhora Maria do Carmo**
150 indagou se a eleição dela não estaria errada por ela ser delegada nata, mas a
151 **Conselheira Edymar Cintra** fez a colocação de que todos os Conselheiros são
152 delegados natos para a Conferência Estadual e não para a Conferência Nacional.
153 Prossequindo a **Senhora Tânia Marques** expõe as Entidades eleitas para o Conselho
154 Estadual das Cidades de MS para o mandato de 2018 a 2021: Poder Público Estadual,
155 sendo, Presidente SEINFRA; Secretária Executiva AGEHAB; DETRAN titular; SEJUSP
156 suplente; SANESUL titular; Defensoria Pública suplente; Assembleia Legislativa titular e
157 suplente. Poder Público Federal, CEF titular e suplente, e CREA titular e suplente. A
158 **Conselheira Edymar Cintra** questionou sobre a ausência da CEF na hora da eleição
159 das entidades e a presença do Banco do Brasil. A **Senhora Tânia Marques** informa que
160 o **Conselheiro Ricardo** da CEF estava presente, que inclusive ficou responsável por um
161 dos grupos, e que pela lei do Conselho Estadual, a CEF tem direito a titular a suplente,
162 assim como CREA, no Poder Público Federal. Alguns Conselheiros propuseram revisão
163 e alteração da lei para que conste Banco Federal e não CECF e as vagas do CREA, que
164 fossem divididas entre CREA E CAU. A **Senhora Maria do Carmo** esclareceu que a Lei
165 do CEC seguiu a lei do Conselho Nacional e que poderemos estudar a mudança da lei
166 para o próximo ano. A **Senhora Tânia Marques** prossegue para o Poder Público
167 Municipal, sendo, Prefeitura Municipal de Naviraí titular; Prefeitura Municipal de
168 Figueirão suplente, Prefeitura Municipal de Campo Grande titular, Prefeitura Municipal
169 de Dourados suplente. Para os movimentos sociais, a FAMEMS e a SAN/MNLM foram
170 às eleitas. Já a Entidade de Trabalhadores ficou FETRICON titular e STTCG suplente,
171 SINDARQ titular e SENGE suplente. Para as Entidades Empresariais ficou SINDUSCON
172 titular e Águas Guariroba suplente, SECOVI titular e ACISGA suplente. Para as
173 Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisas, a **Senhora Tânia Marques**
174 informa que a IAB ficou com titular e suplente, sendo solicitado a cedência de uma vaga
175 para a UEMS, pois a mesma estava presente na Conferência Estadual e foi uma
176 Entidade participativa nas reuniões e na Conferência. A **Conselheira Edymar Cintra** e a
177 **Conselheira Silvia Bontempo** manifestam-se a favor de a UEMS ficar com a suplência
178 do IAB, já o **Conselheiro Dirceu Peters** diz não concordar, pois a UEMS não estava
179 presente no momento da eleição, da qual o IAB conquistou a titularidade e a suplência,
180 assim não cedendo a sua vaga. O **Conselheiro Elizeu Pacheco** coloca a importância
181 do Conselho das Cidades agregar o maior número de Entidades possíveis. A **Senhora**
182 **Tânia Marques** esclarece que o representante da UEMS não esteve presente no
183 momento da vocação pois ele estava auxiliando as outras salas onde surgiram dúvidas
184 quanto a votação, já que a UEMS estava com alunos ajudando na realização da
185 Conferência Estadual, e que o mesmo, ao chegar no local de votação, a eleição havia se
186 concretizado. A **Conselheira Silvia Bontempo** informa que ela estava presente no
187 momento em que o representante da UEMS foi chamado para resolver um problema e,
188 por isso ele se ausentou na hora da votação. A **Senhora Maria do Carmo** enaltece a
189 ajuda da UEMS, mas observa que a eleição do IAB é legítima, e o IAB não querendo
190 abrir mão da vaga, nada poderia ser feito. A **Senhora Tânia Marques** esclarece que
191 contatou com a Presidente do IAB **Adriana Tannus**, e a mesma demonstrou

192 receptividade, porém, iria consultar os demais membros do IAB para verificar se havia
193 consenso em ceder a uma vaga para a UEMS. Na oportunidade, a Senhora Adriana
194 solicitou vaga de delegado para a Conferência Nacional, uma vez que não foi
195 preenchida. A **Senhora Tânia Marques** diz estar no aguardo do retorno da Senhora
196 Adriana (IAB). Concluindo, as vagas das ONG'S foram para SPA/Sociedade em Prol da
197 Acessibilidade como titular e APAZOO como suplente. A **Senhora Tânia Marques** em
198 seguida demonstra a divulgação feita na Conferência Estadual das Cidades, onde os
199 banners e cartazes foram expostos e também as matérias que saíram nos sites.
200 Demonstra ainda fotos do credenciamento, entrevistas, apresentações culturais,
201 abertura, leitura do Regulamento e demais fotos de toda a Conferência Estadual. A
202 **Senhora Tânia Marques** finaliza agradecendo os Conselheiros que participaram e
203 ajudaram na Conferência, aos funcionários e colaboradores. A **Senhora Maria do**
204 **Carmo** avalia a Conferência de forma excelente, dizendo ainda que o Secretário de
205 Infraestrutura, Marcelo Miglioli, elogiou e cumprimentou pela realização da Conferência,
206 principalmente por ter mantido o local do evento lotado até o final, com um grande
207 envolvimento dos participantes. A **Senhora Maria do Carmo** agradece ainda ao Direto
208 Presidente Athayde Nery de Freitas Júnior da Fundação de Cultura, e o Conselheiro
209 Adriano Chadid da SEDHAST que ofereceram um grande apoio para a AGEHAB, para o
210 CEC e para a Conferência em si. A **Conselheira Edymar Cintra** pede a palavra,
211 avaliando positivamente a Conferência, agradecendo a participação dos Movimentos
212 Sociais e Populares e demais Entidades, que souberam debater e enriquecer a
213 Conferência, sem levar o debate para o lado político. Concluiu agradecendo a
214 Conselheira Inês Pereira que sempre enriquece o Conselho das Cidades, pedindo
215 desculpas, pois no dia da Conferência, houve um tumulto quando foi debatida uma das
216 propostas da **Conselheira Inês Esteves**. A **Senhora Maria do Carmo** passa a palavra
217 a **Deputada Mara Caseiro** para suas considerações. Ela agradece a todos, se
218 colocando à disposição do Conselho das Cidades para um trabalho em conjunto. Se
219 comprometeu a entrar em contato com as Prefeituras da sua região, para verificar as
220 pendências dos seus Planos Diretores. Prosseguindo a **Senhora Tânia Marques** exhibe
221 uma apresentação fotográfica da realização da Conferência Estadual das Cidades.
222 Avançando a **Senhora Maria do Carmo** faz a apresentação da **Arrecadação do FEHIS**
223 **e Morar Legal até o mês de setembro/2017** **Maria do Carmo: FEHIS: no mês de**
224 **setembro/2017 = R\$ 226.491,71, totalizando até o momento em R\$ 2.139.731,28.**
225 **Morar Legal: no mês de setembro de 2017 = R\$ 138.018,80, totalizando até o**
226 **momento em R\$ 1.043.233,98. A arrecadação referente as taxas para pagamento de**
227 **despesas operacionais: no mês de setembro de 2017 = R\$ 18.314,14, totalizando**
228 **até o momento R\$ 171.872,50. O montante do FEHIS e Morar Legal = R\$**
229 **3.182.965,26. O valor acumulado 2015/2016/2017= R\$ 9.638.039,17. O valor**
230 **acumulado 2016/2017 referente as taxas = R\$ 382.267,96.** Dando prosseguimento,
231 passou-se para a pauta **Aprovação de investimentos para infraestrutura com**
232 **recursos do FEHIS.** A **Senhora Maria do Carmo** iniciou sua explanação explicando
233 que os investimentos para São Gabriel do Oeste são de R\$ 257.000,00 para drenagem
234 e pavimentação do acesso ao Conjunto Flor do Cerrado – FAR. Já em Caarapó são de
235 R\$ 336.000,00 para muro de arrimo no Conjunto Capitão Vigário. Em Corumbá são de
236 R\$ 176.000,00 para colocação de grama e drenagem externa não destrutiva no
237 Conjunto Corumbela. Em Nova Andradina são de R\$ 150.000,00 para cesta de materiais
238 para substituição de moradia precária – 08 unidades – Convenio com Município. Em
239 Nova Andradina são de R\$ 100.000,00 para materiais para conclusão de FEHIS

240 Entidades – 22 unidades – Convenio com a Prefeitura (Entidade Abandonou a Obra).
241 Posteriormente a **Senhora Tânia Marques** passa para a apresentação da prestação de
242 conta da Conferência Estadual das Cidades. Sendo: R\$ 4.000,00 para locação de 02
243 ônibus; R\$ 4.550,00 na aquisição de 320 camisetas; R\$ 5.700,00 para aquisição de 300
244 pastas; R\$ 148,12 para compra de 300 canetas; R\$ 35,76 para compra de 10
245 marcadores de texto; R\$ 51.247,00 na hospedagem de 250 delegados; R\$ 1.676,77
246 para compra de 02 passagens; Gerador de energia era uma exigência do Centro de
247 Convenções, porém, não foi necessário pois a demanda de energia utilizada não era
248 alta; R\$ 34.466,00 com publicidade, sendo pago pela Governadoria; Sonorização sendo
249 pago pela Governadoria, ressaltando que não foi feita toda a gravação; R\$ 16.825,00
250 para locação do Centro de Convenções, informando ainda que o valor estava superior a
251 R\$ 50.000,00; R\$ 4.200,00 para locação de stands; R\$ 39.400,00 com alimentação; e
252 R\$ 932,52 de ECAD; Totalizando um custo de **R\$ 181.384,08**. A **Senhora Maria do**
253 **Carmo** considerou que realizamos um evento de qualidade, com um valor acessível.
254 Finalizando passou para a **Definição de pauta para próxima Reunião**: Análise da
255 Política Nacional de Habitação; Levantamento das solicitações de adesão do
256 Projeto/FGTS. A **Senhora Maria do Carmo** propõe que no mês de dezembro (quando
257 teremos também a reunião do CONGFEHIS), que seja reunião conjunta, pois os
258 assuntos são bastante semelhantes. Qualquer outro assunto à ser discutido, será
259 comunicado através de e-mail. Nada mais a ser tratado, a **Senhora Presidente Maria**
260 **do Carmo** encerrou a reunião às 17h. Ata redigida por **César Magalhães**, revisada por
261 **Tânia Marques**.